

1 **ATA N.º 08 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL DE**
2 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES**
3 **TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

4 Aos vinte de março de dois mil e dezoito aconteceu no Centro de Referência em
5 Juventude, localizada na Rua Guaicurus número cinquenta no bairro centro em Belo
6 Horizonte a oitava reunião ordinária da Comissão Estadual para o Desenvolvimento
7 Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG). A
8 reunião foi iniciada às catorze horas e quarenta minutos com a apresentação dos
9 participantes. O presidente da Comissão, João Pio, faz um momento em memória de
10 Marielle e Anderson com um minuto de silêncio. Em seguida, foi iniciado os informes.
11 João Pio e Luiza Lino dão o informe sobre as diárias dos participantes da Sociedade
12 Civil. Maria de Fatima faz uma ponderação sobre a falta de diálogo e comunicação
13 entre a Sociedade Civil e os representantes do Governo. O presidente realizou, então, a
14 apresentação da pauta da reunião. Cássia da Silva fez uma pontuação para que, nas
15 próximas reuniões, haja ao menos um representante do governo para mediar e auxiliar
16 tecnicamente na reunião da sociedade civil que antecede as reuniões ordinárias da
17 comissão. Sandra Andrade destaca ainda a falta de logística e estrutura da reunião da
18 sociedade civil. Aderval Costa solicita acréscimo de pauta sobre a Comunidade de
19 Canastreiros e sobre o DGM em que foram aprovados projetos de vários PCT em
20 Minas Gerais. Passou-se a leitura da ata e, após correções e esclarecimentos sobre
21 encaminhamentos, foi aprovada. Sula faz informe sobre a situação do circo e realiza
22 um apelo a comissão para auxiliar e encaminhar solução para essa comunidade.
23 Aderval Costa faz o informe sobre a revogação do decreto de Diamantina que proibia
24 circense no município e propõe envio de um ofício da comissão e diálogo com os
25 municípios que ainda mantém vetos na presença de circenses. Maria Tereza,
26 representante da Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, iniciou a
27 apresentação do Decreto nº 47.289/2017 e exposição dos tramites previstos para a
28 certificação e regularização dos territórios. Passada a apresentação, abriu-se ao
29 debate e para tirar as dúvidas sobre o decreto. Ficou definido que os processos que
30 estão no INCRA ou na FUNAI irão para a SEDA quando for verificado que o território
31 tradicional está localizado em terras públicas e devoluta e definiu pela construção de
32 uma Instrução Normativa que oriente a regularização fundiária de forma
33 desburocratiza. As comunidades que já possuem o auto reconhecimento entregue pela
34 Fundação Palmares ou FUNAI, não precisarão realizar o processo novamente. João

35 Pio destaca que a principal dificuldade do Decreto é a falta de orçamento previsto para
36 sua efetivação. Maria Tereza aponta a dificuldade do Estado em produzir o relatório
37 antropológico, já que ainda não foi constituída uma equipe e infraestrutura necessária
38 para a demanda e, portanto, a SEDA terá que estabelecer parcerias para realização
39 dos relatórios, o que já está previsto no Decreto 47.289/2017. Foi apresentado por
40 Aderval Costa e outros participantes, a preocupação com Art. 11, § 2º do Decreto que
41 permite título em condomínio e solicita reedição do decreto nesse artigo para que não
42 haja esta modalidade. A proposta aprovada é que no parágrafo 2º do Artigo 11 seja
43 suprimido o trecho a seguir “*dos indivíduos constantes no relatório técnico-científico de*
44 *identificação e delimitação territorial, seus descendentes e sucessores, permitida a*
45 *outorga em nome..*”, assim da redação do parágrafo será, *A titulação será outorgada em*
46 *nome da associação que os represente, nos termos de regulamento próprio.* A
47 solicitação de alteração do Decreto será encaminhada para o setor jurídico. Em
48 seguida, a servidora do IEF, Mariana Megale, da Gerente da Diretoria de Cadastro
49 Ambiental Rural, apresentou a proposta referente ao processo de emissão do Cadastro
50 Ambiental Rural (CAR) para as comunidades tradicionais e a perspectiva de realização
51 do mesmo em Minas Gerais. Na proposta apresentada reforça a necessidade de
52 realização de diálogos com os regionais do IEF e a participação das comunidades
53 tradicionais. O Pleno sugeriu que seja feita a qualificação dos jovens para que possam
54 contribuir na emissão do CAR, bem como na necessidade de se pensar no módulo
55 específico para as comunidades tradicionais. Mariana destacou que será necessário
56 unificar os dois sistemas, o nacional e o estadual, bem como destacou a necessidade
57 de capacitação dos envolvidos na emissão do documento. Entre outras observações
58 destacou-se a necessidade de pleitear junto ao IEF a migração do sistema para que se
59 possa incluir os povos e comunidades tradicionais. Finalizando o diálogo sobre a pauta
60 do CAR, o pleno, aprovou a supressão do decreto 47.289/2017 da exigência de
61 solicitação do CAR para o processo de regularização fundiária, uma vez que para as
62 comunidades tradicionais ainda não existe um modelo consolidado de cadastro destes
63 comunidades que diante da questão relativa ao CAR é necessário que a exigência das
64 comunidades tradicionais. Por último, Mariana Megale, informou que aguardar a
65 realização de uma reunião, no mês de abril, no Ministério do Meio Ambiente, para
66 definir novas tratativas referente ao CAR e, principalmente a prorrogação do prazo para
67 o cadastro. O Presidente, João Pio, apresentou a proposta de prorrogação do mandato
68 do membros da CEPCT-MG e, após diálogo, o Pleno aprovou por unanimidade a

69 prorrogação do mandato para mais um ano. Finalizada a pauta do dia, o presidente
70 encerrou a reunião às 18h10min. A reunião foi retomada aos vinte e um de março de
71 dois mil e dezoito às nove horas e quarenta minutos pelo presidente com apresentação
72 da pauta do dia e a apresentação dos presentes. O senhor presidente realizou repasse
73 do que havia sido discutido no dia anterior sobre o decreto e iniciou o debate sobre o
74 fluxo para conseguir as certificações da comissão. Márcia Campanharo expõem sua
75 preocupação em certificar comunidades que não são tradicionais e, por isso, sugere a
76 criação de um roteiro e envio de um representante do estado para auxiliar no processo.
77 Aderval Costa ressalta que este roteiro está previsto no decreto e não podemos supor
78 que as comunidades querem enganar o Estado, mas vê a preocupação com pertinente
79 e afirma que é bom ir um representante do Estado, todavia é prioritário os
80 representantes da categoria. João Pio sintetiza que iremos fazer um formulário simples
81 para preenchimento *in loco*. João Pio inicia a apresentação de uma planilha das
82 solicitações para certificação que chegaram até a presente data, constando data de
83 recebimento, nome da comunidade e verificação da documentação. Aderval Costa abre
84 debate sobre a questão da dupla identidade (comunidade quilombola e pescadora
85 artesanal, por exemplo) e afirma que a certificação deve conter as duas identidades da
86 comunidade. João Pio inicia o debate sobre a Comunidade de Piabanha que é uma
87 comunidade que teve seu território sobreposto por Unidade de Conservação e está em
88 conflito com o parque e com mineradoras e pedem urgência na Certificação e
89 Regularização do território devido a situação crítica do ambiente; trata-se de uma
90 comunidade extrativistas e de agricultores familiares que se declaram como
91 comunidade caboclas, conforme declaração da comunidade no relatório técnico do
92 MPMG/CIMOS, embora destacou que será necessário a realização da visita local para
93 maior diálogo sobre a questão identitária. A proposta do Aderval Costa é, anterior ao
94 processo de certificação, realizar uma reunião com as comunidades que não se
95 identificam dentro do rol de comunidades tradicionais reconhecidas pelo Estado e que
96 sejam realizadas mediações para que as mesmas sejam incluídas e devidamente
97 reconhecidas. João Pio sugere a criação de uma câmara técnica permanente para o
98 planejamento estratégico e o fluxo para a emissão da Certificação de Autodefinição.
99 Luci Rodrigues propõem que até o dia vinte de abril seja realizado a visita técnica da
100 comissão na comunidade de Piabanha e até trinta de abril na comunidade de Pau
101 Preto e Pau de Léguas. Encaminha-se então a composição da câmara técnica em que
102 foram definidos que os representantes serão Universidade Federal de Minas Gerais

103 (UFMG), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de
104 Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Federação das Comunidades
105 Quilombolas de Minas Gerais – N’Golo, Universidade Estadual de Montes Claros
106 (UNIMOMTES), Ministério Público Federal (MPF), Instituto de Desenvolvimento do
107 Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) e Secretária de Estado de Planejamento e
108 Gestão (SEPLAG), a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
109 (SEDPAC), e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA). Foi agenda a primeira
110 reunião da câmara técnica para o dia vinte e sete de março, às 14h00min, com
111 sugestão de reunião na Casa de Direitos Humanos. João Pio fez um breve informe
112 sobre a Instrução Normativa e Termo de Compromisso entre Unidades de
113 Conservação e Comunidades Tradicionais que está em análise no jurídico do Instituto
114 Estadual de Florestas para aprovação. Em seguida, Lorena Lemos e Aruã Resende,
115 representantes da Secretária Estadual de Saúde (SES), iniciaram a apresentação
116 sobre o panorama da febre amarela nas comunidades tradicionais: O núcleo de política
117 de promoção da equidade em saúde é responsável por lidar com populações em
118 situação de vulnerabilidade com povos e comunidades tradicionais e entendem que a
119 saúde e o Estado, por vezes tem dificuldade de chegar nos territórios tradicionais.
120 Lorena Lemos apresenta repasse sobre a metodologia de vacinação e abre para
121 dúvidas colocando o núcleo à disposição das comunidades. Sula apresenta as
122 dificuldades encontradas pela comunidade circense para atendimento no Sistema
123 Único de Saúde e encaminha uma reunião com o Núcleo para tratar exclusivamente
124 esses problemas. Lorena Lemos disponibiliza os contatos do Núcleo e solicita que as
125 comunidades provoquem o núcleo para resolução dos casos individuais e específicos
126 das comunidades. Para o caso da demanda do povo circense, Lorena, apontou a
127 possibilidade de elaboração de um comunicado ou outro instrumento orientador para a
128 rede estadual de saúde. Passou-se a outro ponto de pauta e Aderval Costa informa
129 que foi lançado do edital do DGN que está na segunda edição que contempla projeto
130 de Povos e Comunidades Tradicionais em ações de transição agroecológica,
131 segurança alimentar e outras; o edital é de investimento internacional e seu objeto é o
132 cerrado no Brasil; os projetos já passaram por análise e os que foram aprovados estão
133 na fase de visitação. Aderval Costa afirma que foi concluído o laudo pericial e o
134 georreferenciamento dos canastreiros e informa que o Instituto Estadual de Florestas
135 tem o objetivo de aumentar a Unidade de Conservação de Proteção Integral da
136 canastra para 200.000ha afetando 6 municípios e avançando ainda mais sobre o

137 território de famílias tradicionais e ameaça a extinção de técnica tradicional; por isso, a
138 comunidade reivindica a titulação coletiva do território. O conflito está na justiça para
139 tentativa de conciliação entre as partes. Os canastreiros devem pedir acento na
140 comissão estadual. Conclui informando que o laudo apresentando tem histórico da
141 comunidade, o georreferenciamento do território tradicional e é favorável a
142 permanência dos comunitários. Passou-se então ao ponto de pauta da Minuta de
143 portaria apresentado pelo IEF; Maria de Fátima informou que a portaria foi construída
144 sem a participação das comunidades e apresenta os pontos da portaria e explica os
145 diálogos estabelecidos com o IEF para a não publicação da mesma, já que ela
146 prejudica a prática tradicional da panha de flores. Informa que foi estabelecido o prazo
147 de noventa dias para a comunidade apresentar uma contraproposta a portaria. Silvia
148 Contreras afirma que a comissão deve impedir a assinatura desta portaria e negociar o
149 aumento do prazo estabelecido para que a comunidade possa se organizar para
150 efetuar a proposta. Abriu-se para o debate e questionamentos sobre a portaria. Maria
151 de Fátima deu o repasse sobre o GIHS-FAO e o selo que os apanhadores de flores
152 estão correndo na ONU; afirma que se trata do primeiro sistema em estudo no Brasil
153 que demanda uma parceria entre os municípios, estado e união para a conquista.
154 Marlene, geraizeira e do representante do Movimento dos Atingidos por Barragens e
155 Grandes Empreendimentos apresentou a situação dos Geraizeiros nos municípios de
156 Grão Mogol e Josenópolis onde os comunitários sofrem com ameaças diárias e falta
157 assistência do Estado; além disso, coloca preocupação sobre a regularização fundiária
158 no território e o temor da realização de titulação individual em território tradicional e
159 afirma que os comunitários anseiam pela titulação coletiva. Foi dado o intervalo para o
160 almoço entre as treze horas e seis minutos e as catorze horas e vinte e sete minutos.
161 Retomado o plenário, passou a discussão sobre os editais de cultura para Povos e
162 Comunidades Tradicionais em que foi apresentada a proposta da comissão solicitar à
163 Secretaria de Estado de Cultura a publicação de editais específicos para práticas
164 tradicionais e da cultura tradicional; buscar parceria com o MP com o objetivo de
165 regularizar os CNPJ das associações de comunidades tradicionais para que as
166 comunidades possam concorrer aos editais de cultura. Pablo representante da FUNAI, irá
167 encaminhar aos participantes da comissão o edital de cultura exclusivo dos indígenas
168 para ser utilizado como exemplo durante a conversa com a Secretaria de Cultura. João
169 Pio deu repasse sobre o edital de direito difuso e orienta as comunidades para
170 participarem. A CEPCT irá solicitar à comissão de cultura acrescentar o tema na pauta

171 da próxima reunião da comissão. Sula propõe que seja pressionamento também aos
172 outros secretários para a construção de editais exclusivos a Povos e Comunidades
173 Tradicionais. Foi definida, então, a comitiva da comissão que irá reunir-se com a
174 Secretária de Cultura: João Pio, Cássia, Mãe Rita de Cássia, Sandra Maria, Luiz
175 Mundin e Pablo Camargo. João Pio ficou responsável por conversar com a SEDPAC
176 sobre a possibilidade garantir no próximo Edital do Fundo de Direitos Difusos ações
177 com foco nas Comunidades Tradicionais. Passou-se então a leitura da carta de
178 reivindicações da sociedade civil. Foi informado que o Henri Collet do IEF realizou uma
179 ameaça ao cacique Baiara durante uma reunião afirmando que iria “desafetá-lo”; foi
180 iniciado o debate do plenário sobre o tema e Cláudia Luz propõe a elaboração de uma
181 nota da comissão se opondo a nomeação do Diretor Geral Henri. Luci destaca ainda
182 que a posição do IEF é de contestar e não reconhecer o quilombo da Lapinha, por
183 exemplo, e avalia que esses relatos contra o IEF estão cada vez mais recorrentes e
184 são muito graves. João Pio lembra que os dois casos estão na Mesa de Diálogo e
185 propõem fazer uma reunião com Fernando Tadeu para que a mesa possa destravar
186 isso e dar encaminhamento. Lucí solicita, além do diálogo, um compromisso do IEF
187 para os PCT’s. Adair, representante do MAB, coloca a importância dos órgãos do
188 Estado de respeitar as leis que garantem os direitos dos PCT’s. Maria de Fátima
189 propõem a confecção de uma moção contra a nomeação do Henri para a Diretoria
190 Geral do IEF. Manoela, representante do IEF, pondera que há um processo de diálogo
191 construído com o IEF sobre o termo de compromisso e a moção poderia atrasar o
192 diálogo e o processo. João Pio encaminha a comitiva da comissão para reunião com
193 Fernando Tadeu, presidente da Mesa de Diálogo, sobre os casos do quilombo da
194 lapinha, Tribo Tuxá Rio Corrente e Mata dos Criolos e ficou definido que João Pio, Lucí,
195 um representante do Quilombo Lapinha, Mãe Rita e Bayara irão acompanhar a referida
196 reunião. A carta apresentada pela Sociedade Civil concluiu realizando o pleito da
197 realização de regularização fundiária de, pelo menos, duas comunidades tradicionais
198 representadas na Comissão Estadual até o final do ano. Passou-se a leitura de um
199 documento do Comitê Estadual de Respeito a Diversidade Religiosa sobre o
200 andamento e situação do comitê que está produzindo um relatório sobre intolerância
201 religiosa em Minas Gerais. Por fim, Adair Pereira protocola uma carta dos Geraizeiros
202 sobre a estrada que está sendo construída pela mineradora SAM no território dos
203 Geraizeiros e um ofício solicitando a certificação de auto definição dos Geraizeiros. O
204 presidente encaminha para aprovação a prorrogação do mandato da comissão pela

205 dificuldade estrutural, financeira e de mobilização durante o período eleitoral para
206 realização de um novo encontro para eleger os representantes. O pleno definiu a
207 realização do próximo congresso em maio de 2019 para eleição de novos
208 representantes. Beatriz Vaz, representante do Ministério Público Federal, afirma que irá
209 abrir denuncia sobre os casos de descasos com os povos circenses e solicita
210 encaminhamento dos casos que necessitam de denuncia para o MP. Márcia da
211 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (EMATER)
212 informa sobre o trabalho da instituição com foco nas comunidades tradicionais, sobre a
213 criação de uma frente no Grupo de Trabalho Novos Encontros e a parceria entre os
214 Centro de Referência em Assistente Social com a EMATER-MG. Informou a todos
215 sobre o evento no dia 22/03/2018, às 09h, na Fundação João Pinheiro onde acontecerá
216 uma reunião em que será solicitado a ampliação da política pública em outras
217 regionais. A Secretária de Patrimônio da União encaminhou convite para audiência
218 pública que debaterá sobre pontos de demarcação de terras públicas da união nas
219 margens dos rios federais. Foi solicitada a presença da SEDESE na próxima reunião
220 para apresentar os programas de enfrentamento à pobreza para adicionar o olhar aos
221 PCT's. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de todos e deu por encerrada
222 a reunião às 16h10min. Sem mais nada a relatar, eu, Geraldo Vitor de Abreu,
223 Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai assinada por mim e pelo
224 Senhor Presidente.

225 Belo Horizonte, 22 de março de 2017.

Geraldo Vitor de Abreu
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG